

Solidariedade nacional

CORREIO BRAZILIENSE

- 6 JAN 1987

A Nação vive as vésperas de grandes incertezas. Ao buscar o Governo as melhores alternativas para definir as diretrizes que mais convenham aos interesses do País, as autoridades do primeiro escalão tentam reunir os diversos segmentos que respondem pela organicidade da ordem econômica e da ordem social, com vistas à formação de um denominador comum onde todos se sintam responsáveis pelas opções a serem adotadas.

Nessa direção estão sendo mobilizados esforços para estruturar um pacto social, com o engajamento das classes assalariadas nas decisões que irão colaborar na viabilização do Cruzado II. As ações de responsabilidade do Ministro do Trabalho partem do pressuposto segundo o qual as lideranças trabalhistas, as entidades classistas e os trabalhadores individualmente devem ser conscientizados da extrema importância de uma adesão horizontalizada a fim de dar base e consistência à reversão de expectativa para retomar o desenvolvimento e dar aos respectivos procedimentos o aval coletivo, sobretudo daqueles que respondem pela oferta da mão-de-obra. Os reajustes salariais devem ter um balizamento compatível com as estruturas de custos, limitando, em consequência, as reivindicações das diversas categorias sociais dentro de determinados padrões. Por isso mesmo o Ministério do Trabalho realiza uma série de reuniões com as representações sindicais objetivando mostrar o caminho crítico a seguir e cujo propósito maior é encontrar um equilíbrio onde a inflação possa ser controlada em patamares toleráveis.

Por outro lado os responsáveis maiores pelo capital também estão sendo convocados para um posicionamento comedido ao fixarem os preços dos bens que produzem, numa contribuição capaz de refletir-se nos custos intermediários e finais, tendo na última instância uma efetiva participação na contenção dos índices gerais de preços. Além dessa esperada postura solidária, o Governo Federal vai colocar o Conselho Interministerial de Preços como mecanismo de avaliação das pretensões legítimas de realinhamento de preços. Para tanto serão analisados individualmente os pleitos de cada setor, segundo critérios em que serão computados valores ponderados para uma projeção final.

Em paralelo o Governo está adotando providências no sentido de conter os gastos da administração pública, sobretudo em relação às empresas estatais, até aqui imbatíveis e inexpugnáveis na sustentação de uma política altamente deficitária e que se mantém a salvo de quaisquer tentativas de recomposição.

A prática dos juros bancários agindo e reagindo dentro dos princípios dos vasos comunicantes, em relação à dívida pública interna, encontra-se sob severa observação das autoridades monetárias, não oferecendo, ainda, a margem de intervenção que a contenha em sua escalada. Ademais, por estar ainda em expansão autônoma não pôde ser posta sob controle, dada a sua condição de biombo dos custos do endividamento mobiliário do Tesouro Nacional, hoje fechando uma conta ao redor de um trilhão de cruzados.

As forças econômicas e sociais distribuem-se, assim, por uma complexa poligonal de vetores e resultantes, cuja projeção final vai depender de situações intermediárias. Somente pela segmentação é que poderá definir-se em seus rumos para afinal compor-se em sua destinação. Se deficitária, superavitária ou estacionária.

Individualmente, todos os agentes do poder econômico e da ordem social são parciais da grande integral de esforços que o País vai empreender para compor-se com os objetivos do Cruzado II. Não existem omissões a tolerar, nem indiferenças a aceitar. Há que existir, pelo menos, o conhecimento de uma ação solidária a ser assumida para que seja recusada, se em sua substituição houver um preço a ser cobrado ou um ônus a ser imposto.

A-revisão do Plano Cruzado não significa o fim do controle dos preços ou tampouco a liberação da política salarial. Existem critérios a serem observados com a finalidade de quantificar valores para fins de contenção da expansão inflacionária.

E nessa ação globalizante o Poder Público não pode ficar isolado da sociedade. Muito ao contrário, existe uma solidariedade que lhe é devida e de cuja intensidade vai depender, e muito, o desempenho oficial na luta pelo melhor, marcando um destino comum, unindo inexoravelmente governantes e governados. Ou a prosperidade ou a adversidade. O êxito ou o malogro do País serão resultados em via direta da maior ou menor participação de cada um nos esforços para superar os desafios dos dias atuais.